



PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 - www.bonfinopolis.mg.gov.br

Câmara Municípolis de

Protocolado no 17/0

95 sub o n 25/4/2017

s 16:39 Forma.

onf. de Minas - MG 04 09 17

Jomar Corderio

MENSAGEM N° 047, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

Encaminha Projeto de Lei que especifica.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS – ESTADO DE MINAS GERAIS.

1. Cumprimentando-o cordialmente, cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e, por vosso intermédio, à acurada deliberação de seus dignos Pares o incluso Projeto de Lei que “autoriza o Município de Bonfinópolis de Minas-MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – S/A – BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências”.

2. O objeto da referida operação de crédito é captar recursos para a construção e instalação do **Sistema de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, incluindo unidade de triagem e compostagem de Lixo – Aterro Sanitário e Usino de Triagem e Compostagem de Lixo**, no âmbito do Programa BDMG Saneamento, nos termos do Edital de Habilitação 2017 – Linha de Financiamento BDMG Saneamento, que segue anexo.

3 Conforme é do conhecimento dos nobres vereadores, o Município de Bonfinópolis de Minas não dispõe de Aterro Sanitário, sendo que atualmente os resíduos são descartados em sistema de lixão controlado, procedimento este considerado irregular pela legislação que regula a matéria.

4. Por estar em situação considerada irregular, ainda em 2004, na gestão do então Prefeito Eustáquio da Cruz Oliveira, foi firmado Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, datado de 26 de março de 2004, com o objetivo de regularizar a situação da destinação final dos resíduos sólidos. Ocorre que o Município não conseguiu atender os termos pactuados, vindo a ser autuado e consequentemente multa, sendo que a no processo judicial, o Município foi condenado ao pagamento de multas em valores, que atualizados, estão na ordem de aproximadamente de R\$3.413.663,43 (três milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos), que já encontra-se em fase de execução judicial, conforme Processo nº 0006398-54.2012.8.13.0082, Embargos à Execução nº 0082.12.000.906-1 – Numeração Única nº 0009061-73.2012.8.13.0082.

5. Na referida Execução, houve audiência, conforme cópia do Termo de Audiência que segue anexo, na data de **04/09/2017**, em que após o Município demonstrar que estava buscando as alternativas para o cumprimento do TAC, com a captação de recursos junto ao BDMG, o Ministério Público concordou em suspender a execução, por **30 (trinta) dias**, prazo no qual o Município deverá apresentar cronograma para inicio e término do objeto da demanda, ou seja, construção e implantação do Aterro Sanitário.



PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 - www.bonfinopolis.mg.gov.br03
03

6. Tendo em vista a falta de alternativas do Município e a necessidade urgente de solução, de modo a evitar o cumprimento da execução, e as consequências **desastrosas** para o Município, na referida audiência de Conciliação, o **Douto Promotor de Justiça Rogério Maurício Nascimento Toledo**, colocou-se à disposição da Câmara Municipal para esclarecimentos aos nobres vereadores sobre o andamento do processo de execução.

7. Convém esclarecer que o Município tem buscado recursos a título de transferências voluntárias, tanto em nível estadual como a nível federal, a exemplo da proposta pleiteada junto à Funasa, em 2015, sendo que até a presente data não conseguimos recursos a título de transferências voluntárias.

8. Diante disso, e tendo em vista a execução ao qual o Município foi condenado, no valor corrigido de aproximadamente **R\$3.413.663,43 (três milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos)**, não restou outra alternativa que não a proposta de obtenção de recursos via financiamento, sendo que com a publicação do Edital do BDMG, o Município apresentou Carta-Consulta, tendo o Município habilitado, conforme Termo de Habilitação, que segue anexo. Esclarece ainda, que os referidos documentos já foram encaminhados ao Ministério Público, para suspensão da execução, até apresentação do cronograma de execução.

9. Na oportunidade, encaminho anexo, os seguintes documentos:

- a) Edital BDMG Saneamento, com as condições da linha de financiamento, dentre elas, prazos e juros;
- b) Termo de Habilitação do Município junto ao BDMG;
- c) Cópia do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta;
- d) Inicial do Processo de Execução;
- e) Cópia do Termo de Audiência do dia 04/09/2017;
- f) Demonstrativos dos atuais Contratos de Financiamentos mantidos com o BDMG;
- g) Outros documentos afins.

10. Portanto, Senhor Presidente e nobres vereadores, são estas as considerações que sustentamos para pleitear a aprovação do presente projeto de Lei, ao passo em que solicito, nos termos regimentais, que sua tramitação se dê em **REGIME DE URGÊNCIA**, tendo o prazo para apresentação da Lei Autorizativa no BDMG, que é 29/09/2017, bem como o prazo da suspensão do processo de execução, em acordo com o Ministério Público.

11. Reiterando a Vossa Excelência e aos demais Edis os meus protestos de respeito, estima e consideração.

Atenciosamente,


DONIZETE ANTÔNIO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG		
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES		
<input type="checkbox"/> Recebido	<input type="checkbox"/> Numere-se	<input type="checkbox"/> Publique-se
<input type="checkbox"/> Distribue-se às comissões competentes		
Bonfinópolis de Minas / MG 04/09/2017		
_____ PRESIDENTE		



PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 - www.bonfinopolis.mg.gov.br



PROJETO DE LEI N° 17 /2017

"Autoriza o Município de Bonfinópolis de Minas-MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – S/A – BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 88, inciso IV, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito até o montante de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinadas ao financiamento de investimentos em saneamento, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

Parágrafo Único - As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vier a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

Art. 3º - O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG como seu mandatário, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do artigo segundo, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o artigo primeiro.

Parágrafo Único - Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Art. 4º - Fica o Município autorizado a:

- participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.



PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 - www.bonfinopolis.mg.gov.br

Continopolis de Minas OS
Sis. Sis. B
Belo Horizonte, 04 de setembro de 2017

- b) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do BDMG referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.
- c) abrir conta bancária vinculada ao contrato de financiamento, no Banco, destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do referido contrato.
- d) aceitar o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

Art. 5º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 6º - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 7º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

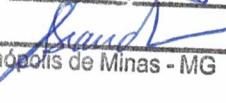
Bonfinópolis de Minas, 04 de setembro de 2017.


DONIZETE ANTONIO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Aprovado Rejeitado em turno único, por
() votos favoráveis votos contrários e
() abstenções

Sala das sessões

29/09/2017


Bonfinópolis de Minas - MG

EDITAL DE HABILITAÇÃO 2017
LINHA DE FINANCIAMENTO BDMG SANEAMENTO

PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM CLIENTES DO SETOR PÚBLICO PARA O FINANCIAMENTO DE OBRAS INFRAESTRUTURA COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO BDMG

REGRAS GERAIS

1. OBJETIVO

Regulamentar o processo de habilitação do exercício de 2017 para contratação de operações de crédito com o Setor Público Municipal.

2. CONDIÇÕES GERAIS DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO

I- Para as Linhas de Financiamento disponibilizadas pelo BDMG em 2017, quais sejam, BDMG Cidades, BDMG MAQ, BDMG Urbaniza e BDMG Saneamento serão contratadas operações de crédito até o limite de R\$ 300 milhões.

Caso o somatório dos financiamentos aptos à contratação ultrapasse os R\$ 300 milhões serão atendidos, prioritariamente, os primeiros aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

II- O município poderá apresentar propostas para todas as Linhas de financiamento disponibilizadas em 2017 desde que o somatório dos pleitos não ultrapasse os limites estabelecidos pelo BDMG para cada município.

3. BENEFICIÁRIOS

Poderão submeter projetos:

- Municípios mineiros.
- Empresas públicas municipais mineiras.

4. LIMITE DE FINANCIAMENTO POR MUNICÍPIO

O limite de contratação por tomador observará a capacidade de endividamento do município definida pela Legislação Federal.

Limite de Financiamento por município:

Faixa Populacional (nº de habitantes CENSO IBGE 2010)	Limite de Financiamento Total
Até 5.000 habitantes	R\$ 1.000.000,00
De 5.001 a 10.000	R\$ 1.500.000,00
De 10.001 a 50.000	R\$ 2.000.000,00
De 50.001 a 100.000	R\$ 3.000.000,00
Acima de 100.000	R\$ 4.000.000,00

Considerando todas as linhas de financiamento contratadas em 2017 (inclusive de outros Editais), o limite por município não poderá exceder a R\$5.000.000,00, excluindo as de repasse do BNDES.

5. ETAPAS DO EDITAL

O cronograma dos procedimentos com suas respectivas datas-limite será o seguinte:

Etapas		Prazo Final
1	Inscrição de carta-consulta	11/08/2017
2	Habilitação pelo BDMG das propostas	18/08/2017
3	Protocolo no BDMG da lei autorizativa para contratação do financiamento	29/09/2017
4	Aprovação da operação de crédito pela Secretaria do Tesouro Nacional	01/12/2017
5	Protocolo no BDMG dos documentos exigidos para o primeiro desembolso do contrato	29/06/2018

Observações Importantes:

ETAPA 1

- a) O município inscreverá proposta por meio do preenchimento de formulário eletrônico específico que estará disponível no site do BDMG no período de 10/07/2017 a 11/08/2017. Para acessar, consulte: www.bdmg.mg.gov.br.

- b) A inscrição será validada após o recebimento pelo BDMG da carta consulta preenchida e assinada. Esse documento será enviado para o e-mail do município informado no ato do preenchimento do formulário eletrônico.
- c) O BDMG comunicará, por e-mail, o recebimento da carta consulta preenchida e assinada. Esse comunicado do BDMG é o que determinará a conclusão, com êxito, da primeira etapa da inscrição.

ETAPA 2

- a) Após o recebimento e análise da carta consulta, o BDMG emitirá, por e-mail e por meio de correspondência, um comunicado de habilitação do pedido de financiamento do município.
- b) A comunicação formal da habilitação pelo BDMG é condição para o início do processo de aprovação do pedido de financiamento na Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
- c) São condições para a habilitação das propostas:
 - Capacidade de endividamento do proponente (os valores a serem financiados deverão estar de acordo com os limites de endividamento previstos na Resolução 43, do Senado Federal).
 - Enquadramento do objeto a ser financiado.
 - Adimplênciam cadastral e financeira com o BDMG.
 - Inexistência de pendências em projetos anteriores financiados pelo BDMG.

ETAPA 3

- a) A minuta da lei autorizativa a ser votada na Câmara do município para possibilitar a contratação do financiamento será enviada para o e-mail do município juntamente com a comunicação formal de habilitação.
- b) Caso seja necessária qualquer modificação na minuta da lei autorizativa, deverá ser feita uma consulta prévia ao BDMG por meio do envio de e-mail para bdmgmunicipio@bdmg.mg.gov.br.

- c) O BDMG, após receber a via original da lei autorizativa assinada pelo prefeito, encaminhará e-mail comunicando sobre a conclusão dessa Etapa e com instruções sobre as próximas providências.

ETAPA 4

- a) A contratação de operações de crédito, por Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes, subordina-se às normas da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e às Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001.
- b) A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF atribuiu ao Ministério da Fazenda a verificação dos limites e condições para a contratação de operações de crédito (art. 32 da LRF).
- c) A documentação exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN – órgão do Ministério da Fazenda, e os procedimentos para a obtenção de parecer favorável à contratação do financiamento estão descritos no Manual disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos>.
- d) O BDMG assessorará o município para que a documentação exigida pela STN seja providenciada com agilidade.

ETAPA 5

- a) A contratação da operação de crédito está condicionada a:
- Aprovação da operação de crédito pela STN.
 - Capacidade de endividamento do proponente (os valores a serem financiados deverão estar de acordo com os limites de endividamento previstos na Resolução 43, do Senado Federal).
 - Análise de crédito e risco do município de acordo com os critérios do BDMG.
 - Aprovação do projeto pelo BDMG.
 - Regularidade cadastral do município.



- b) A documentação mínima necessária para análise dos projetos está discriminada na Cartilha de Projetos do BDMG que será oportunamente disponibilizada.
- c) São impeditivas à contratação e liberação de recursos as pendências cadastrais no SIAFI/MG, CADIP, FGTS, Receita Estadual e Receita Federal.
- d) A data de emissão do contrato de financiamento pelo BDMG será considerada para:
- contagem dos prazos de carência e amortização.
 - cumprimento das exigências da STN para contratação.
 - verificação da regularidade cadastral.
 - capacidade de endividamento do município.

ETAPA 6

- a) O município estará apto a receber o repasse de recursos relativo à primeira medição do investimento financiado após o envio para o BDMG de todos os documentos que compõem o processo.
- b) A lista de documentos necessários para o pagamento das medições será enviada pelo BDMG após o recebimento do resultado do processo licitatório realizado pelo município.
- c) São condições gerais para liberação dos recursos:
- Autorização formal do BDMG para início de obra.
 - Inexistência de restrição cadastral relevante, a critério do BDMG, relativa ao Município.
 - Entrega ao BDMG da medição resultante das obras, bem como a comprovação de aplicação dos recursos já liberados.
 - Comprovação de regularidade fiscal perante o SIAFI-MG – Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais.
 - Regularidade do Município perante a Receita Federal.
 - Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do BDMG, possa comprometer a execução do empreendimento financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização.

- Comprovação de afixação da placa alusiva à colaboração financeira obtida, conforme modelo disponível no site do BDMG, de forma visível no local da realização do projeto financiado.
- O regular andamento da obra de acordo com o cronograma apresentado ao BDMG.

6. AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DE OBRAS:

O início das obras, com apoio financeiro do BDMG, está condicionado a:

- a) Conclusão favorável da análise do projeto.
- b) Efetivação do contrato de financiamento.
- c) Conclusão do procedimento licitatório de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- d) Adimplência técnica e financeira do município com o BDMG.
- e) Autorização formal do BDMG.

7. OBSERVAÇÕES GERAIS

A contratação da operação de crédito será cadastrada pelo BDMG no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público – CADIP, nos termos da legislação em vigor.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA LINHA DE FINANCIAMENTO BDMG SANEAMENTO

1. ITENS FINANCIÁVEIS

I. Sistemas de abastecimento de água:

Captação, adução, estações elevatórias, construção e reforma de reservatórios, tratamento, distribuição, medição, melhorias operacionais, aparelhamento tecnológico e organização institucional.

II. Sistemas de esgotamento sanitário:

Ligaçāo, coleta, interceptação, estações elevatórias, tratamento, disposição final, melhorias operacionais, aparelhamento tecnológico e organização institucional.

III. Resíduos Sólidos Urbanos:

- a) Sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, incluindo unidades de triagem e compostagem (UTC).
 - b) Desativação, encerramento e recuperação ambiental de lixões e aterros controlados.
 - c) Unidades de transbordos e suas instalações complementares, não integrantes do sistema de coleta domiciliar de resíduos sólidos.
 - d) Sistemas de captura, coleta e incineração de gases de aterros sanitários, incluindo a geração de energia elétrica a partir dos gases coletados.
 - e) Aquisição de equipamentos novos destinados ao acondicionamento, tratamento e destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos bem como à operação de aterros sanitários e unidades de transbordo, condicionada à implantação do sistema de tratamento e disposição final, caso este não exista ou esteja irregular.
 - f) Manejo de Resíduos de Construção e Demolição, condicionado à implantação do sistema de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos.
- Em projetos de implantação de rede de água e esgoto em via com pavimento existente, deverá estar prevista a recomposição do pavimento.

2. CONDIÇÕES DO FINANCIAMENTO

- I- Prazo: Até 84 meses, incluídos até 12 meses de carência
- II- Atualização Monetária: SELIC
- III- Juros: 5% ao ano e, para municípios com IDH-M menor que a média dos municípios do Estado de Minas Gerais (menor que 0,668), os juros serão de 4% ao ano.
- IV- Forma de pagamento: os juros serão pagos mensalmente durante a carência e exigidos juntamente com o principal atualizado durante o período de amortização.
- V- Garantias: caução de receitas de transferências constitucionais de FPM e ICMS
- VI- Será cobrada Tarifa de Análise de Crédito - TAC de 1,0% do valor financiado.

TERMO DE HABILITAÇÃO

Comunicamos que o Município **Bonfinópolis de Minas** foi habilitado no Programa BDMG MUNICÍPIOS 2017, do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG, para pleito de financiamento no valor de **R\$1.500.000,00** na linha **BDMG SANEAMENTO**.

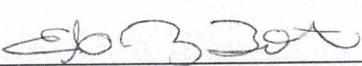
O próximo passo é o envio da Lei Autorizativa e demais documentos do financiamento ao BDMG de acordo com o modelo.

Esclarecemos que a contratação do financiamento está condicionada à:

- Enquadramento da operação de crédito nos limites e condições estabelecidos pela legislação vigente, nos termos da Portaria nº 413/2016 do Ministério da Fazenda
- Capacidade de endividamento do proponente
- Análise de crédito e risco do município de acordo com os critérios do BDMG.
- Regularidade cadastral do município.

São impeditivas à contratação e liberação de recursos as pendências cadastrais no SIAFI/MG, CADIP, FGTS, Receita Estadual e Receita Federal.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2017.


Gerência de Negócios com Setor Público
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

Emilio Rodrigues Boteiro
Gerente de Negócios
Setor Público



COORDENADORIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DAS PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA INTEGRANTES DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

EXMO(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG

0006398-54.2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS

GERAIS, pelos Promotores de Justiça que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Estatuto Processual Civil, com base nos documentos em anexo, oriundos do inquérito civil 001/2006 da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Buritis, vem propor a presente **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (QUANTIA CERTA)** em face do **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ nº 18.125.138/0001-82, a ser citado na pessoa do Prefeito Municipal, com endereço na Av. Argemiro Barbosa, nº 562, Centro, Bonfinópolis de Minas/MG, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

Ribeirão Augusto de Moura Abreu
Promotor de Justiça

Marcelo Alves de Mello
Promotor de Justiça



**COORDENADORIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DAS PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA INTEGRANTES DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

1 – DOS FATOS

O Ministério Público, em 26 de março de 2004, celebrou com o Executado o Termo de Ajustamento de Conduta anexo (fls. 36/41) do Inquérito Civil 0082.02.000003-8, no qual o Município de Bonfinópolis de Minas assumiu, voluntariamente, as seguintes obrigações para mitigar os impactos ambientais causados pela destinação inadequada de resíduos sólidos:

"CLÁUSULA SEGUNDA

DO ATERRO CONTROLADO/SANITÁRIO

2.1) Providenciar e apresentar ao Promotor de Justiça da Comarca de Arinos/MG projetos técnico-ambientais de serviços de limpeza urbana, coleta, tratamento e disposição dos depósitos de resíduos sólidos, de resíduos hospitalares sépticos e de resíduos industriais perigosos, no prazo máximo e improrrogável de 06 meses, a partir da assinatura do presente termo, isto é, até o dia 16 de junho de 2004.

2.2) Requerer junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM o licenciamento ambiental do projeto apresentado, no prazo de 30 dias após o cumprimento do item anterior [até 13/01/2006], atendendo pontualmente qualquer exigência eventualmente formulada pelo citado órgão ambiental nos prazos por ele fixados.

2.3) Implantar o depósito de lixo de acordo com o projeto aprovado, observadas as normas técnicas exigidas pela FEAM no licenciamento ambiental, devendo iniciar respectiva execução no prazo de até 04 meses, a contar da concessão da Licença de Instalação expedida pela FEAM, devendo, ainda, concluir as obras nos 08 meses subsequentes.

2.4) O sistema de deposição final de resíduos sólidos, de acordo com itens 2.1, 2.2 e 2.3 desta cláusula, deverá ser o de aterro controlado/sanitário ou outro de igual eficácia ambiental, de acordo com orientação do órgão ambiental competente.

Philippe Augusto de Moura Abreu
Promotor de Justiça

Marcelo Alzavado Maffra
Promotor de Justiça



COORDENADORIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA INTEGRANTES DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

2.5) Apresentar plano de recuperação de toda a área utilizada até o momento para deposição de resíduos sólidos do Município (localizada a 3.500 metros da sede do Município, coordenadas geográficas S-16°15.297'/W0-46°01.011'), bem como da área utilizada para queima de resíduos hospitalares, no prazo máximo de até 180 dias da assinatura do presente, junto ao órgão ambiental competente, implementando-o na forma aprovada, no prazo máximo de até 6 meses após respectiva aprovação.

2.6) Encerrar as atividades no atual lixão, providenciando outra área adequada tecnicamente para as operações temporárias, no prazo máximo de até 9 meses da assinatura deste termo, tendo em vista que as condições físicas do local atual de deposição não se adéquam ao artigo 2º da DN-COPAM n. 52/2001, que faz parte integrante deste termo.

2.6.1) A nova área para deposição dos resíduos sólidos municipais, a ser providenciada pelo COMPROMISSÁRIO, conforme item anterior, deverá atender às medidas previstas no artigo 2º da DN-COPAM n. 52/2001, que faz parte integrante deste termo, além de contemplar separação da deposição de ossadas e animais mortos, lixo doméstico e hospitalar, devendo este último ser aterrado/coberto em vala séptica, bem acondicionada e impermeabilizada para que se evitem possíveis contaminações, até que se implemente o aterro controlado/sanitário ou outro sistema de igual eficácia ambiental, de acordo com itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 do presente compromisso e em conformidade com eventuais orientações do órgão ambiental competente (FEAM).

2.7) Não alterar os procedimentos técnicos aprovados, sem prévia anuênciia do COMPROMITENTE e do órgão ambiental responsável pela aprovação, mantendo um técnico habilitado responsável pelas medidas a serem adotadas.

Marcelo Alzevedo Maffra
Promotor de Justiça

Philippe Augusto de Moura Abreu
Promotor de Justiça



COORDENADORIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA INTEGRANTES DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

Na cláusula terceira do compromisso ficaram ajustadas as penalidades em caso de descumprimento:

"3) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, nos prazos estipulados no presente termo, importará ao Município de Bonfinópolis de Minas/MG uma multa diária no valor de R\$300,00 (trezentos reais), até o adimplemento total da obrigação, independentemente da ação de Execução Obrigatória de Fazer, nos termos ao disposto no parágrafo 6º, do artigo 5º, da Lei n. 7.347/85.

3.1) O não pagamento da indenização prevista no item anterior, nos prazos estipulados, implica em sua execução pelo Ministério Pùblico, acrescida de atualização monetária, adotando-se para tanto os índices utilizados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para correção de débitos judiciais, mais juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, capitalizados mês a mês.

Ocorre que o **Executado não cumpriu as obrigações assumidas**, estando em mora **desde o dia 26/09/2004**, em razão do descumprimento da cláusula 2.1.

A incidência da multa cominatória foi suspensa no período compreendido entre os dias **14/02/2012 e 16/03/2012**, em virtude do cumprimento da mencionada obrigação (doc. fls. 54/87). Em seguida, a partir do dia **16/03/2012**, o compromissário deixou de cumprir a obrigação prevista na cláusula 2.2, permanecendo em mora até a presente data.

Dessa forma, deve incidir a multa cominatória prevista na cláusula terceira do TAC (multa diária de R\$300,00 + correções), que, conforme os cálculos anexos, atualmente perfaz a quantia de **R\$1.506.627,66 (um milhão, quinhentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos)**.

Isto porque, o valor total da multa cominatória devida pelo executado corresponde à soma nominal da quantia relativa ao primeiro período de mora - **R\$1.483.012,55** (um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil e doze reais e cinquenta e cinco centavos) – e ao segundo – **R\$23.615,11** (vinte e três mil seiscentos e quinze reais e onze centavos).

*Die Augusto de Moura Abreu
Promotor de Justiça*

*Marcelo Alzevedo Matta
Promotor de Justiça*



COORDENADORIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA INTEGRANTES DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

2 – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Lei nº 7.347/85, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.078/90, legitimou o Ministério Públíco a tomar dos interessados compromissos de ajustamento para cumprimento de obrigações de fazer e não fazer. Vejamos o disposto no artigo 5º, § 6º:

"Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados, compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial".

O art. 566, II, do Código de Processo Civil, estabelece que:

"Art. 566 - Podem promover a execução forçada:

II - O Ministério Públíco, nos casos previstos em lei."

O não cumprimento das obrigações de fazer, a que se comprometeu o Executado, por meio do incluso Termo de Compromisso, documento considerado como título executivo extrajudicial, enseja a propositura da presente execução, conforme o disposto no art. 580 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

"Art. 580 – A execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível, consubstanciada em título executivo".

3 – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Ministério Públíco requer:

3.1) a **citação do Executado**, na pessoa do Prefeito Municipal, para, conforme art. 730 e seguintes do CPC, opor embargos, em dez dias, e, caso não opostos no prazo legal, ou rejeitados, seja requisitado o pagamento por intermédio do Presidente do TJMG no valor de **R\$1.506.627,66 (um milhão, quinhentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos)**.

*Die Augusto de Moura Almeida
Promotor de Justiça*

*Marcelo Azevedo Almeida
Promotor de Justiça*



**COORDENADORIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DAS PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA INTEGRANTES DAS BACIAS DOS RIOS PARACATU, URUCUIA E ABAETÉ**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

2) o prosseguimento da presente execução até satisfação total das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta, sendo o valor depositado em favor do **Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – FUNDIF**, Conta Corrente 7175-7, da agência 1615-2, do Banco do Brasil.

Dá à causa o valor de **R\$1.506.627,66 (um milhão, quinhentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos)**.

Bonfinópolis de Minas, 15 de junho de 2012.


PHILIPE AUGUSTO DE MOURA ABREU

Promotor de Justiça

Curador do Meio Ambiente
de Bonfinópolis de Minas


MARCELO AZEVEDO MAFFRA

Promotor de Justiça

Coordenador Regional de Meio Ambiente
das Promotorias de Justiça integrantes das
Bacias dos Rios Paracatu, Urucuia e Abaeté



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2004, compareceram na Promotoria de Justiça da Comarca de Bonfinópolis de Minas/MG, com sede no Edifício do Fórum, perante os Promotores de Justiça, Dr. César Yoshikawa, Promotor de Justiça de Bonfinópolis de Minas e Dr. Leandro Martinez de Castro, Coordenador Regional da Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco – Rios Paracatu e Urucuia, órgãos de execução do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, doravante denominado **COMPROMITENTE**, o Sr. Eustáquio Pereira da Cruz, Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Av. Argemiro Barbosa, n. 562, Centro, Bonfinópolis de Minas/MG, acompanhado do Assessor Jurídico Municipal, Dr. Aender Aparecido Braga, OAB/MG nº 89.474, nesse ato denominado **COMPROMISSÁRIO**, com fulcro no parágrafo 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85 (regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei 8078/90, que acrescentou o parágrafo 6º ao art. 5º da mencionada Lei), para firmar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos autos de Inquérito Civil n. 02/2002, desta Promotoria de Justiça, para fins de resolução definitiva da situação aventada no referido procedimento, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1) O **COMPROMISSÁRIO**, através de seu representante legal, reconhece a procedência do objeto do Inquérito Civil n. 02/2002, instaurado pelo órgão de execução do Ministério Público do Estado de Minas Gerais oficiante na Comarca de Bonfinópolis de Minas, principalmente no tocante à ausência de uma política municipal definida quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e que a



22
Sis
Câmara Municipal de Bonfinópolis
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ministério Público
37

SEC. JUDICIAL
44
L
BONFINÓPOLIS DE MINAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

disposição final dos resíduos sólidos provenientes do município de Bonfinópolis de Minas/MG tem ocasionado dano ambiental, especialmente no aspecto atinente à poluição do solo e do ar, bem como tem causado impactos visuais e estéticos à paisagem, além de potenciais impactos à saúde humana.

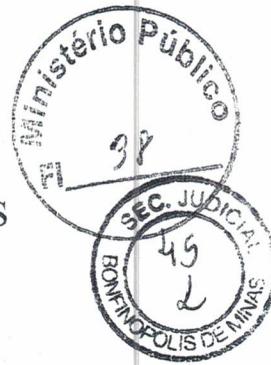
CLÁUSULA SEGUNDA

Diante disso, o COMPROMISSÁRIO se obriga às seguintes **OBRIGAÇÕES DE FAZER**, consubstanciadas em:

2.1) Providenciar e apresentar ao Promotor de Justiça da Comarca de Bonfinópolis de Minas projetos técnico-ambientais de serviços de limpeza urbana, coleta, tratamento e disposição dos depósitos de resíduos sólidos, de resíduos hospitalares sépticos e de resíduos industriais perigosos, no prazo máximo e improrrogável de 06 (seis) meses, a partir da assinatura do presente termo, isto é, até o dia 26 de setembro de 2004.

2.2) Requerer junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM o licenciamento ambiental do projeto apresentado, no prazo de 30 dias após o cumprimento do item anterior, atendendo pontualmente qualquer exigência eventualmente formulada pelo citado órgão ambiental nos prazos por ele fixados.

2.3) Implantar o depósito de lixo de acordo com o projeto aprovado, observadas as normas técnicas exigidas pela FEAM no licenciamento ambiental, devendo iniciar respectiva execução no prazo de até 04 (quatro) meses, a contar da concessão da Licença de Instalação expedida pela FEAM, devendo, ainda, concluir as obras nos 08 (oito) meses subsequentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.4) O sistema de deposição final de resíduos sólidos, de acordo com itens 2.1, 2.2 e 2.3 desta cláusula, deverá ser o de aterro sanitário ou outro de igual eficácia ambiental, de acordo com orientação do órgão ambiental competente.

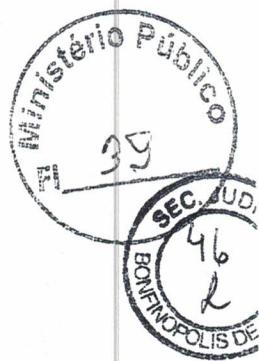
DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS:

2.5) Encerrar as atividades no atual aterro/lixão, com a construção de valas, enterramento do lixo depositado e impermeabilização do solo no prazo máximo de até 06 (seis) meses da assinatura do presente.

2.6) Apresentar ao órgão ambiental competente plano de recuperação da área utilizada até o momento para deposição de resíduos sólidos do município (localizada a 1800 metros da sede do município, coordenadas geográficas S-16.58.463º/WO-45.97.836º), no prazo máximo de 05 (cinco) meses da assinatura do presente, implementando-o na forma aprovada, no prazo de máximo de até 05 (cinco) meses após respectiva aprovação.

2.7) Providenciar, no prazo máximo de até 06 (seis) meses da assinatura deste termo, outra área adequada tecnicamente para as operações, que deverá atender as medidas previstas no art. 2º da DN-COPAM nº 52/2001 (integrante deste termo), além de contemplar separação do lixo doméstico e hospitalar, devendo este último ser aterrado/coberto em vala séptica, bem acondicionada e impermeabilizada para que evite possíveis contaminações, até que se implemente o aterro sanitário ou outro sistema de igual eficácia ambiental, de acordo com itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 do presente compromisso em conformidade com eventuais orientações do órgão ambiental competente (FEAM).

2.8) Não alterar os procedimentos técnicos aprovados, sem prévia anuência do COMPROMITENTE e do órgão ambiental responsável pela aprovação, mantendo um técnico habilitado responsável pelas medidas a serem adotadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA

3) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, nos prazos estipulados no presente termo, importará ao Município de Bonfinópolis de Minas/MG, uma multa diária no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), até o adimplemento total da obrigação, independentemente da ação de Execução de Obrigação de Fazer, nos termos ao disposto no parágrafo 6º, do artigo 5º, da Lei nº 7.347/85.

3.1) O não pagamento da indenização prevista no item anterior, nos prazos estipulados, implica em sua execução pelo Ministério Público, acrescida de atualização monetária, adotando-se para tanto os índices utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para correção de débitos judiciais, mais juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, capitalizados mês a mês.

CLÁUSULA QUARTA

4) O COMPROMISSÁRIO e o seu representante legal têm pleno conhecimento de que presente termo de compromisso de ajustamento de conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, podendo ser executado imediatamente após o vencimento dos prazos avençados, independentemente de qualquer notificação, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, e 585, VII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA QUINTA

5) Ficam estipuladas as seguintes cláusulas genéricas:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.1) Este acordo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia, independentemente do presente compromisso de ajustamento de conduta.

5.2) O presente acordo não exclui outras penalidades, responsabilidade civil e/ou ações e atos administrativos aplicadas pelos órgãos ambientais competentes.

5.3) O advento de leis mais benéficas ao meio ambiente permitirá o aditamento do presente compromisso, instauração de inquérito civil ou a propositura de ação civil pública, bem assim a verificação de posteriores condições que justifiquem tais providências.

5.4) O COMPROMISSÁRIO arcará com todas as despesas necessárias para o fiel cumprimento da presente avença, em especial resarcindo os órgãos ambientais estaduais das despesas realizadas na prestação dos serviços técnicos no curso do procedimento de licenciamento ambiental.

5.5) O foro competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste compromisso é o do local do dano, no caso o da Comarca de Bonfinópolis de Minas/MG.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

E, para que tal compromisso possa surtir os seus legais efeitos, foi lavrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado, bem como respectivo anexo (DN COPAM nº 52/2001).

Bonfinópolis de Minas/MG, 26 de março de 2004.

COMPROMISSÁRIO:

Município de Bonfinópolis de Minas/MG

Prefeito Municipal de Bonfinópolis de Minas/MG

Assessor Jurídico do Município de Bonfinópolis de Minas/MG

COMPROMITENTE:

Cesar Yoshikawa

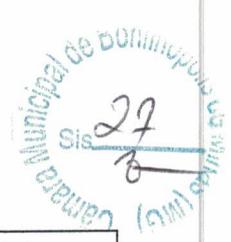
Promotor de Justiça

Promotor de Justiça de Bonfinópolis de Minas

Leandro Martinez de Castro

Promotor de Justiça

Promotor de Justiça Coordenador das Promotorias de Justiça integrantes das Sub-bacias do Rio São Francisco: Rios Paracatu e Urucuia



Melhor visualizado nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Versão de 07/07/2017 13:55

» Consultas » Andamento Processual » 1ª Instância » Resultados

1ª Instância: [Números](#) [Partes](#) [Advogados](#) [Certidão](#) 2ª Instância: [Números](#) [Partes](#) [Advogados](#) [Certidão](#)

Comarca de Bonfinópolis de Minas - Dados do processo

Dados Completos

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

NUMERAÇÃO ÚNICA: 0009061-73.2012.8.13.0082

ATIVO

SECRETARIA DO JUÍZO

Distribuição: 05/09/2012

Valor da causa: R\$ 1.506.627,66

Classe: Embargos à Execução

Assunto: PROCESSUAL CIVIL > Liquidação / Cumprimento / Execução > Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Município do processo: BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG

Competência: CÍVEL

SITUAÇÃO ATUAL

Maço: CARG

CS: -

Última(s) Movimentação(ões):

AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	04/09/2017
AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO REALIZADA	JUIZ(A) TITULAR 59923	04/09/2017
AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO/JULGAMENTO DESIGNADA	12:30 JUIZ(A) TITULAR 59923	04/09/2017

Todos Andamentos

PARTE(S) DO PROCESSO

Embargante: MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

- JUR?DICA

Advogado(s): 119607N/MG - Moacir Borba Junior

- JUR?DICA

Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Consulta realizada em 04/09/2017 às 14:59:48

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)



Melhor visualizado nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Versão de 07/07/2017 13:55

» Consultas » Andamento Processual » 1^a Instância » Resultados

1 ^a Instância:	Números	Partes	Advogados	Certidão	2 ^a Instância:	Números	Partes	Advogados
Certidão								

Comarca de Bonfinópolis de Minas - Dados do processo

Todos os Andamentos

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

NUMERAÇÃO ÚNICA: 0009061-73.2012.8.13.0082

SECRETARIA DO JUÍZO

ATIVO

AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	04/09/2017
AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO REALIZADA	JUIZ(A) TITULAR 59923	04/09/2017
AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO/JULGAMENTO DESIGNADA	12:30 JUIZ(A) TITULAR 59923	04/09/2017
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		31/05/2017
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	28/04/2017
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		27/04/2017
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 20647400	20/04/2017
JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO		11/04/2017
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	10/04/2017
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	02/03/2017
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		21/02/2017
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	17/02/2017
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		14/02/2017
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 20647800	26/10/2016
JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO		25/10/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	25/10/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	04/10/2016
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		29/07/2016
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	01/07/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		28/06/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	25/04/2016
JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO		14/04/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO		13/04/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	08/04/2016

PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		28/03/2016
CONCLUSOS PARA DESPACHO		11/03/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		08/03/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO		27/01/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		27/01/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	PROMOTOR(A) 90532000	14/01/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	119607/MG	14/01/2016
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	119607/MG	13/01/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
CONCLUSOS PARA DESPACHO	PROMOTOR(A) 90532000	12/08/2015
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	JUIZ(A) TITULAR 59923	31/08/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	JUIZ(A) TITULAR 59923	21/08/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	19/08/2015
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		
CONCLUSOS PARA DESPACHO	PROMOTOR(A) 90532000	12/08/2015
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	JUIZ(A) TITULAR 59923	12/08/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	JUIZ(A) TITULAR 59923	07/08/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	119607/MG	05/08/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	119607/MG	15/07/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	JUIZ(A) TITULAR 59923	08/07/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	JUIZ(A) TITULAR 59923	06/07/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	JUIZ(A) TITULAR 59923	03/07/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	JUIZ(A) TITULAR 59923	03/07/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	PROMOTOR(A) 90532000	25/06/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	JUIZ(A) TITULAR 59923	29/05/2015
REMETIDOS OS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES		
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	20/03/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR		
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	17/03/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO RÉU		
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	22/05/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO RÉU		
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	21/05/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO RÉU		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	119607/MG	15/05/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	119607/MG	11/04/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	119607/MG	07/05/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	119607/MG	07/05/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	119607/MG	15/04/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	119607/MG	11/04/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	JUIZ(A) TITULAR 59923	07/04/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	JUIZ(A) TITULAR 59923	07/04/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE	PROMOTOR(A) 90532000	14/03/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO		
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	JUIZ(A) TITULAR 59923	07/03/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO		
EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	PROMOTOR(A) 90532000	06/03/2014
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO		
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO	JUIZ(A) TITULAR 59923	26/02/2014
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO	JUIZ(A) TITULAR 59923	24/02/2014
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO	JUIZ(A) TITULAR 59923	24/02/2014

CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	05/02/2014
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		05/02/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) SUBSTITUTO(A) 73528	07/01/2014
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		19/12/2013
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	04/10/2013
AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO REALIZADA	JUIZ(A) TITULAR 59923	03/10/2013
JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS)		03/10/2013
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO		03/10/2013
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	23/09/2013
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		23/09/2013
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	11/09/2013
AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO DESIGNADA	13:30 JUIZ(A) SUBSTITUTO LEGAL 74179	03/10/2013
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		22/02/2013
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) SUBSTITUTO LEGAL 74310	08/02/2013
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	04/02/2013
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO RÉU	119607/MG	25/01/2013
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		24/01/2013
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 20528900	18/12/2012
JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO		13/12/2012
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	12/12/2012
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	11/12/2012
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		23/11/2012
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	09/11/2012
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		07/11/2012
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 20528900	23/10/2012
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		19/10/2012
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	11/10/2012
EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPESTIVIDADE		10/10/2012
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		28/09/2012
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	14/09/2012
DISTRIBUÍDO POR DEPENDÊNCIA	082120006398	05/09/2012

Consulta realizada em **04/09/2017 às 14:59:08**[Voltar](#)[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)



Melhor visualizado nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Versão de 07/07/2017 13:55

» Consultas » Andamento Processual » 1ª Instância » Resultados

1ª Instância: 2ª Instância:

Comarca de Bonfinópolis de Minas - Dados do processo

Dados Completos

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

NUMERAÇÃO ÚNICA: 0006398-54.2012.8.13.0082

SECRETARIA DO JUÍZO

ATIVO

Distribuição: 25/06/2012

Valor da causa: R\$ 1.506.627,66

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Assunto: PROCESSUAL CIVIL > Liquidação / Cumprimento / Execução > Multa Cominatória / Astreintes

Município do processo: BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG

Competência: CÍVEL

SITUAÇÃO ATUAL

Maço: CHÃO

CS: -

Última(s) Movimentação(ões):

RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO

31/05/2017

CONCLUSOS PARA DESPACHO

JUIZ(A) TITULAR 59923

28/04/2017

RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

27/04/2017

Todos Andamentos

PARTE(S) DO PROCESSO

Exequente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- JUR?DICA

Executado: MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

- JUR?DICA

Advogado(s): 119607N/MG - Moacir Borba Junior

Consulta realizada em 04/09/2017 às 15:03:09

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)



Sistema de Andamento Processual
Comarca de Bonfinópolis de Minas - MG
32

Melhor visualizado nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Versão de 07/07/2017 13:55

» Consultas » Andamento Processual » 1ª Instância » Resultados

1ª Instância:	Números	Partes
Advogados	Certidão	2ª Instância:
Certidão	Números	Partes
	Advogados	

Comarca de Bonfinópolis de Minas - Dados do processo

Todos os Andamentos

[Voltar](#)

[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

NUMERAÇÃO ÚNICA: 0006398-54.2012.8.13.0082

SECRETARIA DO JUÍZO

ATIVO

RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		31/05/2017
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	28/04/2017
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		27/04/2017
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 20647400	20/04/2017
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	10/04/2017
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	02/03/2017
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		21/02/2017
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	25/10/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	04/10/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		04/10/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	25/04/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO		13/04/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	08/04/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		08/03/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	27/01/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		27/01/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	14/01/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	14/01/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	13/01/2016
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		19/08/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	12/08/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	12/08/2015
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO		05/08/2015

AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	15/07/2015
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		15/07/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	08/07/2015
APENSADO AO PROCESSO 82120006380	082120006380	08/07/2015
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		06/07/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	03/07/2015
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		03/07/2015
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	25/06/2015
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		29/05/2015
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	20/03/2015
RECEBIDOS OS AUTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		17/03/2015
REMETIDOS OS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		22/05/2014
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	15/05/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	07/05/2014
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	07/05/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO RÉU	119607/MG	15/04/2014
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		11/04/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	11/04/2014
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		07/04/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	19/03/2014
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		14/03/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	07/03/2014
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		06/03/2014
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 90532000	26/02/2014
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		24/02/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	05/02/2014
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		05/02/2014
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) SUBSTITUTO(A) 73528	07/01/2014
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		19/12/2013
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	04/10/2013
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO		03/10/2013
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR	119607/MG	23/09/2013
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		23/09/2013
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 59923	11/09/2013
EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE .		31/07/2013
EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE .		27/02/2013
PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE		22/02/2013
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) SUBSTITUTO LEGAL 74310	08/02/2013
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	04/02/2013
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO RÉU	119607/MG	25/01/2013
RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		24/01/2013
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR(A) 20528900	18/12/2012
RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO	119607/MG	12/12/2012

AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO AUTOR 119607/MG

11/12/2012

PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE

23/11/2012

CONCLUSOS PARA DESPACHO

09/11/2012

RECEBIDOS OS AUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

07/11/2012

AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTOR(A) 20528900 23/10/2012

PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE

19/10/2012

CONCLUSOS PARA DESPACHO

JUIZ(A) TITULAR 59923 11/10/2012

PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE

28/09/2012

CONCLUSOS PARA DESPACHO

JUIZ(A) TITULAR 59923 14/09/2012

RECEBIDOS OS AUTOS DO ADVOGADO

119607/MG 05/09/2012

AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DO RÉU

119607/MG 04/09/2012

JUNTADA DE TERMO DE POSSE

04/09/2012

JUNTADA DE MANDADO

07/08/2012

MANDADO DEVOLVIDO CUMPRIDO MANDADO 01

07/08/2012

REMETIDO O MANDADO À CENTRAL DE MANDADOS

1 16/07/2012

EXPEDIÇÃO DE MANDADO

16/07/2012

PROFERIDO DESPACHO - MERO EXPEDIENTE

12/07/2012

CONCLUSOS PARA DESPACHO

JUIZ(A) TITULAR 59923 29/06/2012

DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

25/06/2012

Consulta realizada em **04/09/2017 às 15:03:28**

[Voltar](#)
[Imprimir](#) [Nova Consulta](#)

[Imprimir](#)[Voltar](#)

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: agosto/2017

Indexador utilizado: TJ/MG (expurgada)

Juros compensatórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 15/06/2012

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 1,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	MULTA - TAC MINISTÉRIO PÚBLICO	15/6/2012	1.506.627,66	2.107.199,65	1.306.463,78	0,00	0,00	3.413.663,43
Sub-Total								R\$ 3.413.663,43
TOTAL GERAL								R\$ 3.413.663,43

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: agosto/2017

Indexador utilizado: TJ/MG (expurgada)

Juros compensatórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 15/06/2012

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 1,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	MULTA - TAC MINISTÉRIO PÚBLICO	15/6/2012	1.506.627,66	2.107.199,65	1.306.463,78	0,00	0,00	3.413.663,43
Sub-Total								R\$ 3.413.663,43
TOTAL GERAL								R\$ 3.413.663,43



OPERAÇÕES DE CRÉDITO BDMG - MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CONTRATO	OBJETO	VALOR PAGO	VALOR A PAGAR	VENCIMENTO
177040	Pavimentação e Drenagem do Conjunto Habitacional Frei Humberto	598.587,05	494.228,46	10/01/2020
177041	Sede Administrativa da Prefeitura Municipal	653.049,36	639.684,55	10/01/2019
214528	Rede Coletora de Esgoto	60.190,39	231.492,25	10/03/2023
215147	Pavimentação Bairro Primavera	59.391,69	279.735,04	10/04/2022
TOTAL		1.371.218,49	1.645.140,30	

R\$ 0,00

R\$ 3.016.350,00


Adriana Silva Cardoso
Contadora Geral
Port. 052/2017

~~800
1200
1000
500~~



Saldos Vencidos e Vencidos

Data Base: 18/07/2017

18/07/2017 11:51:19

Ref.: 18/07/2017

BDMG

Gestão de Crédito - Cobrança

Cliente: 18.125.138/0001-82 MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS / Contratos: Todos / Operação: Todas

(Saldo Financeiro na data base)

Departamento: Todos / Estágio de Cobrança: Todos / Produto: Todos

Cliente	Contrato	Oper.	Dt.Emissão	Dt.Vencto.	Produto	Vencendo	(Bonus) (Vinc.)	Vencido	(Bonus) (Venc.)	Total	Inic.Inadimp.	Estágio Cobrança
	Contrato	Contrato										
MUNICIPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	162464	11/12/2013	10/01/2020	BDMG MUNICÍPIOS	494.228,46	0,00	0,00	0,00	494.228,46		Cobrança Normal
			Total do Contrato	177040 :		494.228,46	0,00	0,00	0,00	494.228,46		
	177041	162469	11/12/2013	10/01/2019	BDMG MUNICÍPIOS	639.684,55	0,00	0,00	0,00	639.684,55		Cobrança Normal
			Total do Contrato	177041 :		639.684,55	0,00	0,00	0,00	639.684,55		
	214528	271920	29/02/2016	10/03/2023	BDMG Municípios 2015	231.492,25	0,00	0,00	0,00	231.492,25		Cobrança Normal
			Total do Contrato	214528 :		231.492,25	0,00	0,00	0,00	231.492,25		
	215147	271921	22/03/2016	10/04/2022	BDMG Municípios 2015	279.735,04	0,00	0,00	0,00	279.735,04		Cobrança Normal
			Total do Contrato	215147 :		279.735,04	0,00	0,00	0,00	279.735,04		
			Total Geral:			1.645.140,30	0,00	0,00	0,00	1.645.140,30	Vr. Crédito:	420,45
			Total Vencidos + Vencidos:									

Os saldos apresentados encontram-se calculados JÁ se considerando as apropriações dos encargos contratuais, e já estão considerados os recebimentos ocorridos após a data base.

O Valor a Crédito exibido refere-se ao total existente na data base e ainda não utilizado à época.

valor de Bônus de Adimplência, se houver, já foi considerado no cálculo dos saldos, e somente prevalecerá para pagamento total da(s) prestação(ões) até o seu vencimento.

(!) Indica que o cliente/contrato encontra-se incluído na Serasa e/ou no SPC pelo BDMG

(**) Indica que o Estágio de Cobrança do Contrato é TEMPORÁRIO

EFE - GC.CM

Página:

1

Moeda: Real
Tipo Baixa: TODAS QUE LIQUIDAM OBRIGAÇÕES

Cliente/Contrato: MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS/177040

Produto: TODOS

Baixas por Tipo / Data Valorização

Período: 07/06/2012 a 04/09/2017
Estágio de Cobrança: Todos

Dominio Tocantins

Dt. Valoriz.	Tipo Baixa	Antec.	Cliente	Contrato	Titulo	Conta	Vr. Baixa	Vr. Desc.	Motivo Desc.	Incl.	Dt. Inclusão
11/08/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	1894079	013003-6	1.377,44	0,00		CONTRO	12/08/2014
10/09/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	1918697	013003-6	795,87	0,00		CONTRO	11/09/2014
10/10/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	1946356	013003-6	2.442,02	0,00		CONTRO	13/10/2014
10/11/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	1975006	013003-6	2.041,19	0,00		CONTRO	11/11/2014
10/12/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2001233	013003-6	1.986,39	0,00		CONTRO	11/12/2014
12/01/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2036201	013003-6	2.577,28	0,00		CONTRO	14/01/2015
12/01/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2040699	013003-6	887,02	0,00		CONTRO	14/01/2015
30/01/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2064172	013003-6	1.132,42	0,00		CONTRO	03/02/2015
10/02/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2059987	013003-6	13.807,10	0,00		CONTRO	12/02/2015
10/03/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2084253	013003-6	13.723,18	0,00		CONTRO	12/03/2015
10/04/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2112558	013003-6	14.215,79	0,00		CONTRO	14/04/2015
11/05/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2137681	013003-6	14.326,23	0,00		CONTRO	13/05/2015
10/06/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2161133	013003-6	14.312,46	0,00		CONTRO	12/06/2015
10/07/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2187414	013003-6	14.345,90	0,00		CONTRO	14/07/2015
10/08/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2217475	013003-6	20.729,89	0,00		CONTRO	12/08/2015
10/09/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2240289	013003-6	19.839,56	0,00		CONTRO	14/09/2015
13/10/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2264406	013003-6	20.199,15	0,00		CONTRO	15/10/2015
10/11/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2288319	013003-6	19.322,83	0,00		CONTRO	12/11/2015
10/12/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2311762	013003-6	19.657,82	0,00		CONTRO	14/12/2015
11/01/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2337739	013003-6	20.045,27	0,00		CONTRO	13/01/2016
10/02/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2354549	013003-6	19.824,27	0,00		CONTRO	12/02/2016
10/03/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2374232	013003-6	19.761,57	0,00		CONTRO	14/03/2016
11/04/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2395415	013003-6	20.382,19	0,00		CONTRO	13/04/2016
10/05/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2416320	013003-6	19.998,31	0,00		CONTRO	12/05/2016
10/06/2016	Aplicação de Crédito	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2436802	013003-6	20.283,83	0,00		FMF	30/03/2017
12/09/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2503085	013003-6	20.307,68	0,00		CONTRO	14/09/2016
10/10/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2525223	013003-6	19.904,80	0,00		CONTRO	13/10/2016

Somente constam deste relatório as Baixas ocorridas no sist. "GESTÃO DE CRÉDITO" e que não tenham sido estornadas - Para outras Baixas, consulte o EXTRATO de cliente
*** USO CONFIDENCIAL ***

EFE - GC.CM

Página 39 de 1

Dt. Valoriz.	Tipo Baixa	Antec.	Cliente	Contrato	Titulo	Conta	Vr. Baixa	Motivo Desc.
10/11/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2545652	013003-6	20.301,38	0,00
12/12/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2566344	013003-6	20.345,70	0,00
10/01/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2590118	013003-6	19.897,78	0,00
10/02/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2615584	013003-6	20.083,86	0,00
10/03/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2634064	013003-6	19.668,89	0,00
10/04/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2653239	013003-6	19.583,24	0,00
10/04/2017	Aplicação de Crédito	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040		013003-6	420,45	0,00
10/05/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2670752	013003-6	19.844,64	0,00
12/06/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2692298	013003-6	20.129,58	0,00
10/07/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2713251	013003-6	19.491,47	0,00
10/08/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177040	2734323	013003-6	19.351,64	0,00
Total Baixas							598.587,05	

Baixas por Tipo / Data Valorização

Período: 07/06/2012 a 04/09/2017
Estágio de Cobrança: Todos

04/09/2017 15:55:49
Ref.: 04/09/2017

40
Sist. Contábil da Unidade Municipal de Bonfinópolis - MG
Página: 2

Somente constam deste relatório as Baixas ocorridas no sist. "GESTÃO DE CRÉDITO" e que não tenham sido estornadas - Para outras Baixas, consulte o EXTRATO de cliente

*** USO CONFIDENCIAL ***

EFE - GC.CM

Baixas por Tipo / Data Valorização

Período: 21/06/2012 a 04/09/2017

Estágio de Cobrança: Todos

Moeda: Real

Tipo Baixa: TODAS QUE LIQUIDAM OBRIGAÇÕES

Cliente/Contrato: MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS/177041

Produto: TODOS

Dt. Valoriz.	Tipo Baixa	Antec.	Cliente	Contrato	Título	Conta	Vr. Baixa	Vr. Desc.	Motivo Desc.	Incl.	Dt. Inclusão
11/08/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	1894080	013003-6	727,52	0,00		CONTRO	12/08/2014
10/09/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	1918698	013003-6	420,36	0,00		CONTRO	11/09/2014
10/10/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	1946357	013003-6	420,40	0,00		CONTRO	13/10/2014
10/11/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	1975007	013003-6	435,55	0,00		CONTRO	11/11/2014
10/12/2014	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2001234	013003-6	423,85	0,00		CONTRO	11/12/2014
12/01/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2036202	013003-6	44,65	0,00		CONTRO	14/01/2015
30/01/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2064173	013003-6	436,59	0,00		CONTRO	03/02/2015
10/02/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	20599988	013003-6	1.798,73	0,00		CONTRO	12/02/2015
10/03/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2084254	013003-6	4.856,46	0,00		CONTRO	12/03/2015
10/04/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2112559	013003-6	9.683,64	0,00		CONTRO	14/04/2015
11/05/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2137682	013003-6	9.549,82	0,00		CONTRO	13/05/2015
10/06/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2161134	013003-6	11.241,47	0,00		CONTRO	12/06/2015
10/07/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2187415	013003-6	12.186,05	0,00		CONTRO	14/07/2015
10/08/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2217476	013003-6	14.807,82	0,00		CONTRO	12/08/2015
10/09/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2240290	013003-6	14.706,02	0,00		CONTRO	14/09/2015
13/10/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2264407	013003-6	14.923,28	0,00		CONTRO	15/10/2015
10/11/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2298320	013003-6	16.135,90	0,00		CONTRO	12/11/2015
10/12/2015	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2311763	013003-6	16.311,94	0,00		CONTRO	14/12/2015
11/01/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2337740	013003-6	16.576,47	0,00		CONTRO	13/01/2016
10/02/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2354550	013003-6	16.440,01	0,00		CONTRO	12/02/2016
10/03/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2374233	013003-6	17.583,12	0,00		CONTRO	14/03/2016
11/04/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2395416	013003-6	17.869,13	0,00		CONTRO	13/04/2016
10/05/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2416321	013003-6	17.612,93	0,00		CONTRO	12/05/2016
10/06/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2436803	013003-6	21.573,61	0,00		CONTRO	14/06/2016
11/07/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2459307	013003-6	22.290,63	0,00		CONTRO	13/07/2016
10/08/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2480368	013003-6	22.208,33	0,00		CONTRO	12/08/2016
12/09/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2503086	013003-6	22.523,43	0,00		CONTRO	14/09/2016
10/10/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2525224	013003-6	24.886,92	0,00		CONTRO	13/10/2016
10/11/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2545653	013003-6	25.052,49	0,00		CONTRO	14/11/2016
12/12/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2566345	013003-6	29.528,17	0,00		CONTRO	14/12/2016

Somente constam deste relatório as Baixas ocorridas no sist. "GESTÃO DE CRÉDITO" e que não tenham sido estornadas - Para outras Baixas, consulte o EXTRATO de cliente

*** USO CONFIDENCIAL

EFE - GC.CM

Página:

41

Dt. Valoriz.	Tipo Baixa	Antec.	Cliente	Contrato	Titulo	Conta	Vr. Baixa	Vr. Desc.	Motivo Desc.	Incl.	Dt. Inclusão
10/01/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2590119	013003-6	28.571,28	0,00		CONTRO	12/01/2017
10/02/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2615585	013003-6	30.388,75	0,00		CONTRO	14/02/2017
10/03/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2634065	013003-6	29.768,44	0,00		CONTRO	14/03/2017
10/04/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2653240	013003-6	31.876,95	0,00		CONTRO	12/04/2017
10/05/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2670753	013003-6	34.048,02	0,00		CONTRO	12/05/2017
12/06/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2692299	013003-6	36.868,29	0,00		CONTRO	14/06/2017
10/07/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2713252	013003-6	38.360,68	0,00		CONTRO	12/07/2017
10/08/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	177041	2734324	013003-6	39.911,66	0,00		CONTRO	14/08/2017
Total Baixas							653.049,36				

Baixas por Tipo / Data Valorização

Período: 21/06/2012 a 04/09/2017
Estágio de Cobrança: Todos

04/09/2017 15:57:01
Ref.: 04/09/2017



BDMG

Gestão de Crédito - Cobrança

Moeda: Real

Tipo Baixa: TODAS QUE LIQUIDAM OBRIGAÇÕES

Cliente/Contrato: MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS/214528

Produto: TODOS

Dt. Valoriz. Tipo Baixa

17/08/2016 Recebimento

Incl. Dt. Inclusão

CONTRO 18/08/2016

CONTRO 13/09/2016

CONTRO 14/10/2016

CONTRO 14/11/2016

CONTRO 14/12/2016

CONTRO 12/01/2017

CONTRO 14/02/2017

CONTRO 14/03/2017

CONTRO 12/04/2017

CONTRO 12/05/2017

CONTRO 14/06/2017

CONTRO 12/07/2017

CONTRO 14/08/2017

Periodo: 06/06/2013 a 04/09/2017

Ref.: 04/09/2017

Baixas por Tipo / Data Valorização

Período: 06/06/2013 a 04/09/2017
Estágio de Cobrança: Todos*Ruas Voltaço de Esqueto*

Dt. Valoriz.	Tipo Baixa	Antec.	Cliente	Contrato	Titulo	Conta	Vr. Baixa	Vr. Desc.	Motivo Desc.	Incl. Dt. Inclusão
17/08/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2498449	013003-6	3.062,67	0,00		CONTRO 18/08/2016
12/09/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2503087	721.360-3	2.183,28	0,00		CONTRO 13/09/2016
13/10/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2539152	721.360-3	4.284,68	0,00		CONTRO 14/10/2016
10/11/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2545654	013003-6	3.827,59	0,00		CONTRO 14/11/2016
12/12/2016	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2566346	013003-6	3.936,45	0,00		CONTRO 14/12/2016
10/01/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2590120	013003-6	3.504,23	0,00		CONTRO 12/01/2017
10/02/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2615586	013003-6	3.633,42	0,00		CONTRO 14/02/2017
10/03/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2634066	013003-6	3.271,23	0,00		CONTRO 14/03/2017
10/04/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2653241	013003-6	6.806,71	0,00		CONTRO 12/04/2017
10/05/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2670754	013003-6	6.715,52	0,00		CONTRO 12/05/2017
12/06/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2692300	013003-6	6.637,18	0,00		CONTRO 14/06/2017
10/07/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2713253	013003-6	6.007,49	0,00		CONTRO 12/07/2017
10/08/2017	Recebimento	sem	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS	214528	2734325	013003-6	6.319,94	0,00		CONTRO 14/08/2017
Total Baixas							60.190,39	0,00		

Somente constam deste relatório as Baixas ocorridas no sist. "GESTÃO DE CRÉDITO" e que não tenham sido estornadas. Para outras Baixas, consulte o EXTRATO de cliente
*** USO CONFIDENCIAL ***

Selos: 43
Data: 14/09/2017

Dt. Valoriz.

Tipo Baixa

17/08/2016 Recebimento

Antec. Cliente

sem

MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS DE MINAS

215147

2498450

013003-6

420,45

0,00

CONTRO

18/08/2016

CONTRO

13/09/2016

CONTRO

14/10/2016

CONTRO

14/11/2016

CONTRO

14/12/2016

CONTRO

12/01/2017

CONTRO

12/02/2017

CONTRO

14/03/2017

CONTRO

12/04/2017

CONTRO

12/05/2017

CONTRO

14/06/2017

CONTRO

12/07/2017

CONTRO

14/08/2017

CONTRO

44

24

11/09/2017

CONTRO

12/09/2017

CONTRO

13/10/2017

CONTRO

14/11/2017

CONTRO

14/12/2017

CONTRO

12/01/2018

CONTRO

12/02/2018

CONTRO

14/03/2018

CONTRO

12/04/2018

CONTRO

12/05/2018

CONTRO

14/06/2018

CONTRO

12/07/2018

CONTRO

14/08/2018

CONTRO

Contrato

Titulo

Conta

Vr. Baixa

Vr. Desc.

Motivo Desc.

Incl.

Dt. Inclusão

Total Baixas**59.391,69****0,00****Baixas por Tipo / Data Valorização**

Período: 12/06/2014 a 04/09/2017

Estágio de Cobrança: Todos

Danimundo Sáuvane Drumavent

Somente constam deste relatório as Baixas ocorridas no sist. "GESTÃO DE CRÉDITO" e que não tenham sido estornadas . Para outras Baixas, consulte o EXTRATO de cliente

*** USO CONFIDENCIAL ***

EFE - GC.CM

42

TJ-MG

FÓRUM DA COMARCA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São José, 651, Centro

38 650 000 - Bonfinópolis de Minas-MG - Telefax (0XX38) 3675-1710

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº.: 0082 12 000 906-1

Natureza.....: Embargos à Execução

Embargante.....: JURÍDICA Município de Bonfinópolis de Minas

Embargado.....: JURÍDICA Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Segunda-feira, 04 de Setembro de 2017, às 12:10 horas, na sala de audiências deste Juízo, de ordem da MM. Juíza de Direito **DRA. ALISSANDRA RAMOS MACHADO DE MATOS**, presidida pela Conciliadora ao final assinado, foi ordenado ao Sr. Oficial Porteiro que procedesse, com as formalidades legais, ao pregão das partes e de seus respectivos Procuradores. **Apregoados, compareceram:** Presente o Representante Legal do Embargante **SR. DONIZETE ANTÔNIO DOS SANTOS** acompanhado do Il. Procurador **DR. MOACIR BORBA JÚNIOR**. Presente o IRMP **DR. ROGÉRIO MAURÍCIO NASCIMENTO TOLEDO**.

Aberta a audiência, o Il. Procurador do município pugnou pela juntada de Edital de Habilitação 2017, Linha de Financiamento BDMG Saneamento, bem como Termo de Habilitação datado de 17/08/2017, o que foi deferido pela MM. Juíza.

Em seguida, as partes pugnaram pela suspensão do feito pelo prazo de 30(trinta) dias, oportunidade que o IRMP analisará os documentos juntados às ff.386/716. No mesmo prazo, o município se compromete a juntar o cronograma para início e término do objeto da demanda.

Pela MM. Juíza foi proferida a seguinte Decisão:

“Defiro o pedido acima. Aguarde-se conforme requerido. Em seguida, venham-me os autos conclusos para novas deliberações.”

Nada mais havendo, mandou a MM. Juíza que se encerrasse o presente termo, que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Do que para constar, Eu _____ Rosângela Rodrigues de Oliveira, Assistente Social e Conciliadora, o digitei e fiz imprimi-lo.

DRA. ALISSANDRA RAMOS MACHADO DE MATOS
Juíza de Direito

DR. ROGÉRIO MAURÍCIO NASCIMENTO TOLÊDO.

Promotor de Justiça

Representante Legal do município:

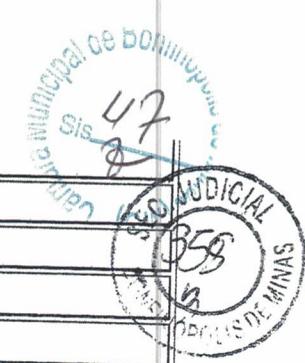
Procurador do requerido:



Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas
Sessão 46
Data 08/03/2013

SEC. JUDICIAL
357
BONFINÓPOLIS DE MINAS

Seção Dados Gerais	
CNPJ	18.125.138/0001-82
Nome Proponente	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
Código do Plano	MG0610150713
Ano	2015
Data do Projeto	-
Agente Financeiro	CONVENIO/SICONV
População beneficiada	-
Nº de famílias beneficiadas	-
Pontuação Final Carta Consulta	-
Seção Quadros	
Aba Entidade	
CNPJ	18.125.138/0001-82
Nome Personalizado	PM /BONFI MINAS
Tipo de Entidade	Governo Municipal - Adm.Direta
Sigla	PM
Seção Dados de Endereço	
Logradouro	AV. ARGEMIRO BARBOSA DA SILVA - 562
Complemento	Predio da Prefeitura
UF	MG
Município	BONFINÓPOLIS DE MINAS
Bairro	-
CEP	-
Seção Dados de Contato	
E-mail	gabinete@bonfinopolis.mg.gov.br
Telefone	(38)03675-1121
Celular	-
Aba Dirigente	
Seção Dados do Dirigente	
Alterar Dirigente Vinculado	-
CPF	765.206.096-68
Nome do Dirigente	LUIZ ARAUJO FERREIRA
Sexo	Masculino
RG	6700465
Data de Emissão	01/01/2009



Órgão Expedidor

SSP/MG

Seção Endereço do Dirigente

Logradouro	Avenida Argemiro Barbosa da Silva nº562
Complemento	-
CEP	38650-000

Seção Contatos do Dirigente

E-Mail	gabinete@bonfinopolis.mg.gov.br
Telefone	-
Celular	-

Aba Planilha Orçamentária

Seção Planilha Orçamentária

Metas	Localidade	Meta	Sub-total
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Aquisição de Veículo de Coleta Seletiva	0
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Aquisição de Equipamentos a serem utilizados no Galpão de Triagem	0
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Construção de Galpão de Triagem de Materiais Recicláveis	0
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Aquisição de Equipamentos a serem utilizados no Aterro Sanitário	0
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Construção de Aterro Sanitário Convencional/Simplificado	742038.1
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Construção de Pátio de Compostagem	0
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Aquisição de Equipamentos a serem utilizados no pátio de compostagem	461162.06
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Construção de Unidade de Transbordo	0
	BONFINÓPOLIS DE MINAS	Aquisição de Equipamentos a serem utilizados na Unidade de Transbordo	0

Seção Resumo do Plano de Aplicação

Despesas	Elemento de Despesa	Sub-Total
	Equipamento e material permanente	461162.06
	Obras civis (construção e ampliação)	742038.1
Valor da Contrapartida	R\$ 0,00	
Valor Concedente	R\$ 1.203.200,16	
Percentual Contrapartida	0,00 %	

Aba Carta Consulta

Seção Checklist



1 - Possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) em conformidade com a Lei nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010?	SIM
Anexar Documento	Lei Municipal.pdf
2 - Possui orgão colegiado de controle social dos serviços de saneamento legalmente instituído conforme Decreto nº 7217 de 21 de Junho de 2010	SIM
Anexar orgão colegiado	decreto.jpg
3 - Possui a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis	NÃO
Anexar coleta seletiva	
4 - Selecionar os objetos da proposta:	-
4.1 Obras	SIM
4.1.1 Construção de Aterro Sanitário Convencional/Simplificado	SIM
4.1.2 Construção de Unidade de Transbordo	NÃO
4.1.3 Construção de Galpão de Triagem de Materiais Recicláveis	NÃO
4.1.4 Construção de Pátio de Compostagem	NÃO
4.2 Veículos	NÃO
4.2.1 Aquisição de Veículo de Coleta Convencional	-
4.2.2 Aquisição de veículos de grande porte para transporte de resíduos	-
4.2.3 Aquisição de Veículo de Coleta Seletiva	-
4.2.4 Aquisição de Veículo de Coleta Diferenciada (Compostagem)	-
4.3 Equipamentos	SIM
4.3.1 Aquisição de Equipamentos a serem	

Sistema Municipal de Bonfinópolis
Sis. 49

360
360
BONFINÓPOLIS

utilizados no Aterro Sanitário.	SIM
4.3.2 Aquisição de Equipamentos a serem utilizados na Unidade de Transbordo	NÃO
4.3.3 Aquisição de Equipamentos a serem utilizados no Galpão de Triagem	NÃO
4.3.4 Aquisição de Equipamentos a serem utilizados no pátio de compostagem	NÃO
5 Justificativa do empreendimento:	Bonfinópolis de Minas está situada na região sudeste do Brasil, noroeste do Estado de Minas Gerais, e na região fisiográfica do Vale do Urucuia. Possui uma área de 1.784,44m ² . Possui uma população de 5.865 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,678, segundo dados do IBGE ano 2010. O abastecimento de água de Bonfinópolis de Minas está sob a responsabilidade da COPASA. A rede de abastecimento percorre cerca de 95% da zona urbana. Na cidade de Bonfinópolis de Minas 85% da população é servida com rede de esgoto e o restante faz uso de fossa. A destinação final do lixo é feita em uma área próxima há 5 km da cidade no aterro controlado. No entanto esse aterro existente já atingiu sua vida útil causando impactos negativos ao meio ambiente uma vez que o mesmo causa contaminação no solo e lençóis d'água. Assim sendo, o município busca parceria com a Fundação Nacional de Saúde para a construção de um Aterro Controlado e aquisição de equipamento para oferecer destinação final de lixo adequada e conforme normas operacionais específicas, de modo a evitar danos e riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais
6 O Sistema de Resíduos Sólidos é privatizado no todo ou em parte?	NÃO
Especificar:	-
7 Possui projeto técnico de engenharia para todos os itens solicitados?	SIM
8 Possui planta do empreendimento em escala adequada para o entendimento do projeto?	SIM
Aviso 1: Se o objeto contemplar construção de unidades, anexar planta situacional das unidades (existentes e a serem implantadas) que compõem o sistema de gerenciamento de resíduos.	
Aviso 2: Se o objeto	

contemplar a aquisição de veículos para coleta, anexar planta contendo a rota de coleta e o local de destinação.	
AVISO 3: Se o objeto contemplar a aquisição de equipamentos, anexar planta com a locação dos equipamentos na unidade existente e/ou a serem implantadas.	
Anexar planta do empreendimento.	PE-02 - LAY-OUT.pdf
9 Possui Licenciamento Ambiental?	SIM
AVISO 1: Se o objeto contemplar a construção de unidades de destinação/disposição final, anexar a Licença Ambiental de Instalação (LI).	
AVISO 2: Se o objeto contemplar unicamente a aquisição de veículos/equipamentos, anexar a Licença Ambiental de Operação (LO) da unidade já existente.	
AVISO 3: Se o objeto contemplar a construção de unidades de destinação/disposição final juntamente com a aquisição de veículos e/ou equipamentos para sua operacionalização, anexar a Licença Ambiental de Instalação (LI) da unidade a ser construída.	
Anexar Licenciamento	
10 Possui titularidade da área onde serão executados os objetos?	SIM
Anexar documento que comprove a titularidade da área onde serão executados os objetos.	Titularidade da area.pdf
Usuário	MUNICIPIO DE BONFINOPOLIS DE MINAS

2024-01-16 10:45:20
Sis. Legislativo Municipal de Bonfinópolis
Sistema de Gestão da Informação Legislativa

